

## RECEITA DE UMA BRIGA EXPLOSIVA - IV

# Ministério se reunirá sindicatos para discutir greve

Encontro será na próxima quarta com Sindifisco Nacional e Sindireceita

Por Gabriela Gallo

Em meio às tentativas dos auditores-fiscais da Receita Federal com o governo em um acordo para uma possível reestruturação de carreira e reajustes na remuneração dos cargos, as negociações devem começar. Está agendada para próxima quarta-feira (14) uma reunião com a Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) com o Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) e o Sindireceita (Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil). O encontro foi confirmado nesta quarta-feira (7). A categoria está em greve há mais de 150 dias.

Segundo o próprio Sindifisco, o secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, e o secretário Especial da Receita Federal do Brasil, Robinson Barreirinhas, que é vinculado ao Ministério da Fazenda, entraram em contato com o presidente do Sindifisco Nacional, Dão Real, nesta terça-feira (6) para comunicar sobre a reunião.

Além dos reajustes salariais e reestruturação de carreira, a categoria ainda deve conversar com os respectivos representantes dos Ministérios sobre as resoluções nº 7 e nº 8 do Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Receita Federal do Brasil, que altera o cálculo do Bônus Mensal de Eficiência da categoria. Como vem sendo detalhado pelo Correio da Manhã, a mudança foi anunciada

no dia 30 de abril e reduz o teto do bônus mensal para R\$ 6,3 mil. Antes, o teto era de R\$ 7 mil, ou seja, as alterações representam uma perda de R\$ 700 (10%) para os funcionários da Receita. E provocaram um recrudescimento da greve.

E quando se trata dos funcionários aposentados, essa perda é ainda maior, visto que os auditores-fiscais aposentados recebem 35% do bônus de eficiência. Em outras palavras, o impacto financeiro dos servidores aposentados da categoria será de até R\$ 1,5 mil por mês.

## Relembre

Em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou um decreto que regulamentava Programa de Produtividade da Receita Federal do Brasil e o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira. No mesmo ano, o governo ofereceu um reajuste salarial de 9%. A categoria considerou o reajuste insuficiente, considerando que os funcionários enfrentam uma perda salarial acumulada de 28% desde 2016, em decorrência da inflação. Inicialmente, o Ministério da Gestão e Inovação alegava que a categoria não precisaria de um reajuste salarial, alegando que já haviam oferecido uma regularização de uma parte parcela variável da remuneração, no caso, o bônus de eficiência e produtividade.

Após não receberem uma resposta que julgavam satisfatória dos ministérios, a categoria entrou em greve. E em meio à paralisação da categoria, o Comitê Gestor da Receita optou pela alteração no cálculo do



Thales Freitas convocará assembleia dos analistas da Receita Federal

bônus de eficiência, o que intensificou ainda mais a mobilização dos servidores.

## Analistas tributários

Para além dos auditores-fiscais, os analistas tributários da Receita Federal também se articulam com o MGI e o Ministério da Fazenda sobre as mesmas reivindicações, apesar de não estarem oficialmente em greve. Em um vídeo divulgado na noite desta terça-feira (6), o presidente do Sindireceita, Thales Freitas, informou que também foi comunicado e convidado por José Feijóo e Robinson Barreirinhas para a mesa negociadora para tratar do assunto.

“Esperamos com muita ansiedade essa reunião, isso é fruto do trabalho que vemos desenvolvendo nos últimos me-

ses, que o governo traga uma proposta concreta. Ainda no curso desta semana será convocada uma AGNU [Assembleia Geral Nacional Unificada] da categoria”, declarou Thales.

Ainda em decorrência da alteração do cálculo do bônus de eficiência, o presidente do Sindireceita reiteraram que as resoluções continuam afetando a categoria. “Em virtude disso, vamos convocar essa Assembleia Geral Nacional Unificada para que a categoria delibere o acirramento da nossa mobilização. É importante que a categoria mantenha a coesão do movimento, faça adesão a esse movimento, para que a gente tenha uma proposta do governo”, afirmou.

“A nossa proposta é muito clara: nós queremos o 9% de reajuste ainda em 2025, em

junho de 2025, e queremos 9,2% a partir de abril de 2026. Tem orçamento, o orçamento permite essa flexibilidade. O projeto de lei 1466 que trata exatamente do reajuste dos servidores públicos ele começa a trancar a pauta a partir do dia 19”, pontuou Thales.

Ele se refere ao PL 1466/2025, que trata da reestruturação de carreira de algumas categorias de funcionários públicos. O texto tramita na Câmara dos Deputados sob a relatoria do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). A Casa tem até o dia 19 de maio para definir o assunto.

O PL 1466 “cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fisca-

lização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal”. Ele ainda “reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar”.

“É importante que a gente evolua com rapidez, que o governo evolua com rapidez, para que esse projeto contemple a nossa categoria e, juntamente com as demais categorias que já fazem parte do projeto de lei, a gente possa enfrentar esse obstáculo”, destacou o presidente do Sindireceita.

## Delegados

Para além dos auditores-fiscais e dos analistas tributários, delegados e delegados adjuntos que atuam em várias Regiões Fiscais da Receita Federal também decidiram aderir à greve dos Auditores-Fiscais a partir desta da próxima semana.

A priori, delegados titulares de cargos de chefia que formalizarem adesão à greve são da 1ª região fiscal da Receita Federal, em Brasília (DF), da 6ª região fiscal da Receita, localizada em Minas Gerais, a 7ª região fiscal (Rio de Janeiro) e a 8ª região (São Paulo).

# Fumaça preta na primeira votação do Conclave

Nesta quinta (8) estão previstos mais quatro escrutínios na Capela Sistina

Fiéis católicos no mundo todo terão de aguardar ao menos até esta quinta (8) para o ‘Habemus Papam’. A primeira e única votação do conclave nesta quarta-feira (7) terminou com fumaça preta na chaminé da Capela Sistina, frustrando o público na praça São Pedro, no Vaticano. O sinal foi dado às 16h (20h) em Roma, confirmando que o processo para a escolha do novo papa continua.

A fumaça preta era, de certa forma, algo esperado diante do histórico dos conclaves. Nenhum dos dez últimos, por exemplo, acabou na primeira votação. De 1903 para cá, o que

chegou mais perto disso foi a eleição de Pio 12, em 1939; ele foi escolhido no segundo dia pela manhã, na terceira sessão de voto. Dos mais recentes, Joseph Ratzinger se tornou Bento 16 na quarta votação, e Jorge Mario Bergoglio passou a ser Francisco após a quinta.

O dia começou para os cardeais votantes com a missa “Pro Eligendo Pontifice” (para a eleição do pontífice), às 5h (10h locais) desta quarta (7), na Basílica de São Pedro. A celebração foi conduzida pelo decano do Colégio Cardinalício, Horas depois, os cardeais seguiram para uma reza na Capela



Cardeais não conseguiram eleger um novo papa na primeira votação

Paulina antes de partirem, em procissão, para a Capela Sistina. Às 12h46 (17h46 em Roma), o mestre das Celebrações Litúrgicas Pontificias, o arcebispo italiano Diego Giovanni Ravelli, proclamou o ‘extra omnes’ (todos fora), ordenando que todos os que não participam da eleição deixassem a Sistina. As portas foram trancadas, marcando o início do conclave.

Encerrada esta primeira votação, os cardeais partirão para seus aposentos — a maioria está hospedada na Casa Santa

Marta —, onde descansarão para continuar o conclave nesta quinta (8). A partir deste segundo dia, são duas votações no turno da manhã e duas no período da tarde/noite. Se a primeira votação de cada turno não eleger um candidato, a seguinte começa imediatamente.

Caso esta também termine sem ninguém alcançar dois terços dos votos, as cédulas de cada cardeal das duas sessões são queimadas juntas. Ou seja, a fumaça preta só aparece uma vez. Isso também vale para o

turno da tarde/noite. Isso quer dizer que, se nas quatro votações não houver um eleito, a fumaça preta só aparecerá duas vezes naquele dia.

Dos cardeais que participam deste conclave, sete são brasileiros. Por ordem de idade, Paulo Cezar Costa, 57; Jaime Spengler, 64; Sérgio da Rocha, 65; Leonardo Steiner, 74; Orani Tempesta, 74; e João Braz de Aviz, 78. O oitavo cardeal do Brasil, dom Raymundo Damasceno Assis, 88, não pode votar por ter mais de 80 anos.

## Demora na primeira votação

A primeira sessão de votação do conclave demorou mais do que se esperava. Foram 3 horas e 14 minutos entre o fechamento das portas da Capela Sistina, que marca o início do processo, e o sinal de fumaça preta na chaminé da Capela Sistina. O “extra omnes” (todos fora), em que os não eleitores deixaram a capela para as portas se fecharem logo depois, ocorreu às 12h46 de Brasília (17h46 em Roma). E a fumaça apareceu no céu do Vaticano exatamente às 16h (21h).

Em relação ao conclave anterior, de 2013, a sessão foi mais longa em mais de uma hora. Na eleição em que Jorge Mario Bergoglio saiu vencedor, o fechamento das portas ocorreu às 13h35 de Brasília (17h35 locais, pois o fuso era de 4 horas naquele período do ano). E o sinal de fumaça preta foi visto pela primeira vez pelo público às 15h41 (19h41). Ou seja, a sessão demorou 2 horas e 6 minutos.

Essa aparente demora se deve, em parte, ao fato de que há mais cardeais eleitores desta vez. São 133, 18 a mais que os 115 que votaram em 2013. Como cada um deles tem de fazer um juramento antes de depositar seu voto, esse processo leva mais tempo.

Por André Fontenelle (Folhapress)